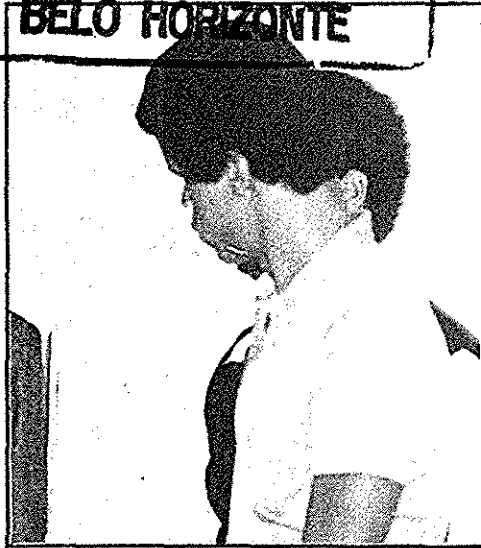


SUC. BELO HORIZONTE



Francisco de Assis Amaro



Sebastião de Oliveira Vidoca



Germano Gonçalves da Silva



Claudomiro Oliveira Vidoca



Roberto Freire Alkmin

Júri do caso Xacriabás luta o Fórum e suspense continua

Com um forte esquema de segurança jamais visto no Fórum Lafayette, começou na manhã de ontem o julgamento dos cinco acusados da morte de três índios da reserva Xacriabá, no município de Itacarambi, Norte de Minas, na madrugada de 12 de fevereiro do ano passado. O juiz Antônio de Paula Oliveira, da 4ª Vara da Justiça Federal, gastou a manhã, tarde e noite interrogando os acusados e lendo peças do processo, dando um intervalo para o almoço e outro para o lanche. Toda a madrugada de hoje foi reservada para a leitura de peças, com as testemunhas sendo inquiridas em seguida. Finalmente os debates e a decisão, que pode ser conhecida na noite de hoje ou madrugada de amanhã.

Bem cedo, muitos curiosos começaram a chegar ao fórum, quando um ônibus com placa de Montes Claros estacionou, trazendo 40 índios Xacriabás. Cerca de 90 agentes da Polícia Federal chegaram em outro ônibus e três Opel's, juntamente com uma ambulância e o camburão que trouxe os réus, todos algemados. Sem qualquer incidente, todos entraram no Salão Pedro Aleixo foram revistados, inclusive advogados, em cumprimento à determinação do Tribunal Federal de Recursos. Muitos vieram de longe, como o presidente da Funai, um Bispo representando a C.N.B.B., Jorge Terena (assessor para assuntos indígenas do Ministério da Cultura) o cacique xacriabá Manoel Gomes de Oliveira e representantes das tribos Caiapó, Terena, Ticuna, Xavante, Camairá e Guarani.

A denúncia

O julgamento, previsto para as 9 horas, começou com 25 minutos de atraso, quando foi feita a chamada dos 21 jurados convocados

(apenas dois não compareceram e será multados) e os réus foram apresentados no recinto, escoltados por dez agentes da Polícia Federal. Antes do sorteio dos jurados o advogado Orlando Ribeiro Lima (irmão do réu Francisco de Assis Amaro) levantou uma questão de ordem, alegando que os assistentes de acusação não poderiam funcionar no júri, o que foi rebatido pelo procurador Carlos Vitor Muzzi e pelo assistente Décio Fulgêncio, que argumentaram que a Funai se habilitou no processo há mais de um ano e só agora a defesa levantou o problema, tendo o magistrado decidido que, sendo o índio amparado pelo Estado e tutelado pela Funai, foi correta a contratação dos assistentes.

Em seguida as 16 testemunhas presentes (faltaram dez) entraram no recinto e as partes quiseram ouvir onze (três da acusação e oito da defesa). Uma hora depois foi feito o sorteio dos jurados, ficando o Conselho de Sentença constituído por Celina Márcia Pires de Resende, Ismar Tadeu Saraiva, Ronaldo Guilherme Rolla, Edvar M. Ferreira, Alysson Eustáquio Barbosa, José Marçal de Souza Ramos e Onofre Guerra. A defesa recusou três jurados sorteados e a acusação dois.

Perto das onze horas foi lida a denúncia apresentada pelo procurador da República Francisco de Assis Betti contra Francisco de Assis Amaro (açougueiro, 50 anos, casado), Germano Gonçalves da Silva (comerciante, 36 anos, casado), Roberto Freire de Alkmin (comerciante, 34 anos, casado), Sebastião de Oliveira Vidoca (25 anos, solteiro) e Claudomiro de Oliveira Vidoca (28 anos, solteiro), que invadiram a aldeia, arrombaram as portas da casa do vice-cacique Rosalino Gomes de Oliveira, matando-o, bem como os índios José Pereira Santana e

Manoel Fiúsa da Silva, ferindo Anísia Nunes de Oliveira (viúva de Rosalino) e matando o companheiro Agenor Nunes de Macedo. Eles estão enquadrados em crimes de homicídio qualificado, lesões corporais, invasão de domicílio e organização de quadrilha.

Jogando buraco

O primeiro a ser interrogado foi Francisco de Assis Amaro, que só sabe desenhar o nome. Como os demais réus ele negou sua participação na chacina, dizendo que no momento estava jogando "buraco" em Januária, na casa de jogos de Natanael de tal, tendo o juiz, ironicamente, perguntado quem ganhou no jogo. Ele não conheceu as vítimas e disse que em Itacarambi não existem índios (só pessoas comuns), nada sendo verdadeiro na denúncia. Informou que confessou o crime na "raça", na Polícia, onde foi tratado como "cão raivoso", assinando papéis que colocavam debaixo da porta da cela.

Quando Francisco disse que o juiz Antônio de Paula Oliveira estava na Polícia Federal quando ele foi ouvido, o magistrado, energicamente, afirmou que ele poderia falar mentira à vontade (a lei permite), menos dizer que ele estava no local, o que não condiz com a realidade. Para o réu, os fatos relatados na denúncia são comuns em Itacarambi, até mais graves já aconteceram. Negou ter uma posse na área indígena e disse que o processo é um "cambalacho" entre a Funai e a Polícia Federal, tendo a atenção chamada pelo juiz, pelo seu vocabulário debochado.

Depois foi ouvido Germano Gonçalves da Silva, que disse estar dormindo em casa, só sabendo dos fatos de manhã, por intermédio de um sobrinho de Rosalino. Contestou sua con-

fissão policial, dizendo tê-la assinado em branco, por ordem da Polícia, que o mandou assinar "logo" pois ele estava preso mesmo. Disse que não foi torturado e que todos na área, se lá existem Xacriabás, são índios, até ele.

Após o intervalo para o almoço (das 15h10m às 16h20m) foi interrogado Roberto Freire de Alkmin, que também estava dormindo e igualmente ficou sabendo do crime de manhã por um sobrinho de Rosalino. Disse que não iria atacar a reserva em que reside com a família (sua avó morreu lá aos 105 anos) e que não conhece índios. "Se lá existem, somos nós", informou que vários índios já foram expulsos da reserva (cerca de 300 famílias) e que os problemas no local começaram no meio da década passada com a chegada da Funai.

Sobre uma reunião realizada pouco antes do crime, entre o secretário do bispo de Januária e o sindicato rural, em Sumaré, para estudar o problema da disputa de terras e dos ânimos acirrados, Roberto não sabia o motivo, dizendo que foi ao local apenas para vender mantimentos. Finalmente disse que a Funai cometeu injustiça ao expulsar as famílias que foram criadas na reserva.

Incidente

Em seguida surgiu o segundo incidente no julgamento, quando a defesa pediu ao juiz que recolhesse um memorial da acusação, causa de nulidade, segundo o advogado Ariosvaldo Campos Pires, por ter sido entregue na última sexta-feira aos jurados, sem ciência à defesa. O magistrado afirmou que o recorte do "Estado de Minas" de domingo foi levado ao fórum por um dos jurados (matéria do júri) e que o memorial foi entregue fora do recinto, quando os sete ju-

Miguel Santiago

rados ainda não tinham sido sorteados, não estando comunicáveis.

Solucionado o impasse, foi ouvido Sebastião de Oliveira Vidoca, que também estava dormindo em casa, tomando conhecimento do crime três dias após por comentários e pelo jornal. Ele participou de outro crime na aldeia (em 1986), em uma festa, quando morreu o índio "Zezeão", levando dois tiros de um índio e fugindo, por estar desarmado. Ele, Claudomiro e Alfredo Ferreira Leite (seus irmãos) estão sendo processados na comarca de Januária por esse delito.

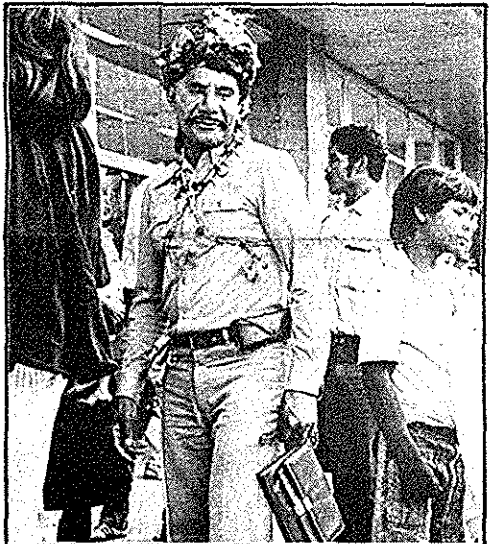
Depois de um intervalo de 20 minutos para o lanche foi interrogado Claudomiro de Oliveira Vidoca, que também estava dormindo, sabendo, de noite, que Agenor havia chegado morto ao posto de saúde. Disse que na reserva não existem índios e, sim, remanescentes (as famílias que moram lá). Afirmou ter sido coagido para confessar na Polícia.

Em seguida começou a fase mais cansativa do julgamento, a leitura de peças do processo, a pedido das partes, o que foi interrompido apenas para um pequeno lanche, na madrugada de hoje. Nesse momento muita gente deixou o tribunal, que esteve cheio o tempo todo. Depois de ouvidas as testemunhas, aconteceram os debates, a cargo do procurador da República Carlos Vitor Muzzi, dos assistentes de acusação Décio Fulgêncio, Umberto Gomes Serafim e Loredano Aleixo e dos advogados Ariosvaldo Campos Pires, Orlando Ribeiro Lima, Augusto Jacob de Vargas Neto e Carlos Frederico Velloso Pires. Presente ao julgamento o subprocurador geral da República José Armando Gonçalves de Oliveira.

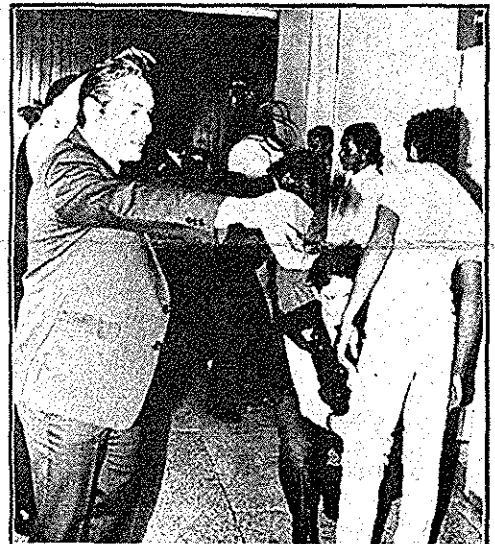
Foto: Celso Birro



Presidente da FUNAI: a presença em solidariedade aos Xacriabás



Emílio, vice-cacique: Queremos a paz que os civilizados buscam



Ninguém passou pelos federais sem ser revistado



Anísia e os filhos: saudades do cacique assassinado



Cacique Manoel: "Só queremos justiça e paz"

busca permanente da paz e esperança de justiça. Foi com esse sentimento que cerca de 40 índios Xacriabás, do Norte de Minas, desembarcaram ontem em Belo Horizonte para acompanhar o julgamento dos acusados de invasão e assassinatos em sua reserva na madrugada de 12 de fevereiro do ano passado. Em cada rosto notava-se claramente, que não havia ódio nem desejo de vingança. "Somos índios, com orgulho, mas não trazemos em nossos corações o espírito maligno da vingança. Somos civilizados bastante para sabermos que há duas justíças, a dos homens e a de Deus" — desabafou o filho do cacique Rosalino Gomes de Oliveira, um dos mortos na invasão da reserva Xacriabás.

Além de profissionais de imprensa de todo o País, estavam presentes ontem no Fórum Lafayette representantes de várias nações indígenas e o próprio presidente da Fundação Nacional do Índio, Iris Pedro de Oliveira, acompanhado de Jorge Terena, assistente do Ministério da Cultura, e do cacique Panagra Kaiapó, recebeu a reportagem do DIÁRIO DA TARDE no intervalo de almoço quando expôs o objetivo de sua vinda a Belo Horizonte.

Solidariedade

Minha presença neste júri é um gesto de solidariedade à família das vítimas e também à comunidade indígena dos Xacriabás", disse o presidente da Funai. Para Iris Pedro de Oliveira, acompanhar o julgamento pessoalmente, representava o próprio anseio de toda a sociedade brasileira que gostaria de ver a Funai perto daqueles a quem deve proteger. "Queremos justiça, uma vez que a impunidade dos acusados estimularia que matança como esta possam ocorrer em outras áreas".

Segundo o presidente da Funai, a tragédia dos Xacriabás dá uma demonstração de frieza com que se atinge, na calada da noite, grupos indígenas. "Estamos absolutamente convencidos de tudo quanto consta do processo e, pela evolução do julgamento, estamos seguros que os indicados serão condenados, com a sociedade vendo reparadas essas atrocidades cometidas contra os Xacriabás.

Muita saudade

Anísia Nunes de Oliveira (43 anos), viúva do cacique Rosalino, teve de sair do interior do salão do júri porque suas filhas menores Rosalina e Rosiane, estavam impacientes diante daquele recinto repleto de pessoas. Valdir (19 anos), também filho, a acompanhou até a área da portaria, fazendo a necessária retaguarda que a mãe precisava. Mãe e filho, a princípio, não queriam falar na morte violenta de seu chefe. Aos poucos, porém, Valdir começou a recordar todas as dificuldades vividas pela família. "Meu pai era bom e sua morte mudou tudo para nós. Perdemos nosso pai e aquele apoio que ele sempre dispensava a mim, à minha mãe e aos irmãos. Pai Rosalino, como gostávamos de chamá-lo, não merecia morrer covardemente.



Os Xacriabás só exigem que a Justiça não lhes falte agora

Não lhe deram a menor chance de defesa e, agora, só espero que a Justiça dos homens condene seus matadores". Valdir recordou, ainda, que acima de tudo ainda existe a Justiça Divina, da qual ninguém escapa.

Anísia Nunes de Oliveira, também baleada no dia da invasão da reserva, exibiu a parte interna do antebraço onde um tiro rasgou-lhe a carne, saindo por trás. "Até hoje estou sem en-

tender aquilo que nos fizeram. Sempre fomos pacíficos, trabalhadores". Suas palavras, carregadas de saudade do cacique Rosalino e dos outros índios mortos, vieram acompanhadas de um desabafo: "Além de matarem o pai de meus filhos, deixaram-me praticamente aleijada. Não tenho mais qualquer força no braço esquerdo".

Preocupada com Rosalina e Roseane, Anísia disse que estava acompanhando o julgamen-

to para ver de perto aqueles que lhe causaram tanto mal e, ao mesmo tempo, ficar com a certeza que "a justiça dos civilizados existe e é atuante". Em outras palavras, ela afirmava que entre os Xacriabás há respeito pelos homens e se algum índio comete crime, paga imediatamente pelo seu erro". Oteline (21 anos), Domingos (13 anos) e José (12 anos), também filhos de Anísia e do cacique assassinado, logo se juntaram à mãe e aos irmãos.

Justiça e paz

Victor Couri

Justiça e paz

O cacique dos Xacriabás, Manoel Gomes de Oliveira, e seu vice, Emílio Lopes de Oliveira, disseram que a chacina do dia 12 de fevereiro do ano passado aconteceu por culpa da Justiça, que demorou a resolver o problema das terras dos índios. "Pagamos um alto custo por tudo isso, que foi a vida de nossos irmãos. Agora esperamos que a Justiça não nos falte outra vez e que os responsáveis por aquela matança paguem pelo grande mal que nos fizeram".

O claro exemplo de que os índios só desejam paz foi deixado pelo vice-cacique Emílio: "Nós lutamos para sobreviver mas damos a nossa vida em defesa do que é nosso. Buscamos, enfim a mesma paz que os homens que se dizem civilizados pretendem. Queremos apenas a nossa terra e tranquilidade para trabalhá-la, sustentar nossas famílias".

Acima do ódio, porém, tanto Manoel como Emílio deixaram, para os homens civilizados, as maiores de todas as lições: "Ninguém deve pretender as coisas que pertencem aos outros. O verdadeiro homem é aquele que consegue o que não tem através do seu trabalho honrado, sem causar a desgraça alheia". Ver os acusados bem próximos não despertou qualquer vontade de vingança dos dois índios: "Eles vão receber o que merecem e nós continuaremos vivendo em paz".

Polícia Federal

Havia ontem, no Fórum Lafayette, um detalhe diferente de todos os julgamentos ali realizados. Pela primeira vez notava-se a concentração maciça de agentes federais para garantir os trabalhos. Além de dois delegados, o próprio Superintendente da Polícia Federal em Minas estava presente, segundo ele, "apenas para ver se estava tudo em ordem".

Os 90 agentes federais foram distribuídos por todo o interior do fórum e, através de motorolas portáteis, trocavam informações em código. Todos, porém, faziam do seu trabalho uma atividade discreta e gentil para com advogados, pessoas do povo e a imprensa. O rigor maior foi adotado na ante-sala do Tribunal do Júri onde, exceto os jornalistas, ninguém passava sem uma busca.

Comandados pelos delegados Rubens Nature e Antônio Geraldo Mendes, os federais não emitiram qualquer opinião sobre o julgamento. A única informação liberada revelou que foram expedidas 57 credenciais para a imprensa nacional e que apenas uma delas não havia sido Procurada.